



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DIREITOS HUMANOS, INTERATIVIDADE, EJA E CIDADANIA: Limites e desafios de uma educação para a cidadania

Autor : Ana Paola da Silva

Universidade Federal de Campina Grande-UFPG

anapaolacg@yahoo.com.br

Resumo

Transformar a condição humana tão negativa para a sociedade brasileira não se constitui em tarefa fácil e nem de longe vislumbramos uma solução a curto prazo. O fato é que vivemos um tempo de constantes transformações onde, as conquistas sociais e políticas se acentuam na repetição do direito a ter direitos e o desafio nessas relações encontram na escola um elo entre o que escola pode fazer e o que o aluno efetivamente pode desejar, pois é nela em que se toma conhecimento do que se pode e do que se deve.

Vivemos a EJA por seguidos anos, espelhada nas adversidades, nas carências sociais, na dificuldade de relacionamento, enfim, compartilhamos do cotidiano das turmas, para assim entender mais profundamente a realidade de cada um deles. Descobrir os princípios que nos levam a cidadania, ampliando uma análise da realidade social do aluno da EJA, tempo histórico, diversidade e propostas concretas que ampliem a sua visão de mundo possibilitando-os desbravar os caminhos plenos de vida, para isso, se faz necessário mergulhar ainda mais no universo das individualidades buscando descobrir, incentivar e aperfeiçoar aptidões através da interação aluno/meio em que vive.

Para cumprir esta tarefa se faz necessário o uso de meios que despertem a cidadania. Meios que façam o aluno da EJA descobrir um mundo imensamente maior do que aquele em que está acostumado a viver.

Palavras chaves: Eja, transformação, cidadania.

Introdução

A complexidade com que se tenta situar a questão social ao envolver alunos da Educação de Jovens e Adultos- EJA no contexto educacional brasileiro predispõe interesses maiores, que envolve compromisso de oferecer um ensino de qualidade capaz de formar cidadãos preparados para interagir com o mundo, moldando conceitos através dos princípios de cidadania, construindo o caráter social do ser enquanto indivíduo para adequá-lo conscientemente a condição de membro de um coletivo.

Constata-se historicamente que os direitos civis e políticos no Brasil foram restritos, onde direitos sociais foram negados assumindo um papel de segundo plano. Um dos reflexos se encontra na escola, por ter sido limitada em suas ações na construção e afirmação, de direitos e construção da cidadania. Proporcionar uma educação em direitos humanos é possibilitar a propagação de uma educação cidadã, na qual estejam envolvidos diversos sujeitos, arraigados nos princípios de mudança, transformação, solidariedade, justiça e paz.



Em tempos efêmeros, possibilitar a construção de conhecimento no contexto da EJA é um desafio constante, ao tempo em que torna pressuposto fundamental a inserção desses sujeitos, que historicamente foram excluídos do universo escolar, nessa modalidade de educação. Nestes termos, tal modalidade educativa nos levam a consolidação de uma nova leitura de mundo onde as vivências experimentadas pelo educador e educando, no caminho da cidadania ganham dimensões do real saber, confrontando saberes mútuos. O grande desafio é buscar respostas para quais princípios nos levam a cidadania, e que portanto estão presentes e são cultivadas no espaço escolar. Pensar de que forma a EJA possibilita a afirmação e, qual o caminho para a construção de direitos?

Na Constituição Federal de 1988, Seção II - DA EDUCAÇÃO (art. 205 a 214) reza o texto que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A LDB reiterou os direitos educativos dos jovens e adultos ao ensino, adequando suas necessidades e condições de aprendizagem, estabelecendo as responsabilidades dos entes federados na identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e a permanência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seu artigo 37º § 1º explicita que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A EJA passou a ser uma modalidade importante no contexto educacional brasileiro por adequar as necessidades daqueles que estão fora da escola, garantindo a essa gente o acesso e continuidade aos estudos, sendo contempladas as funções de reparar e qualificar o cidadão. A EJA com suas finalidades e funções específicas, vem tentando caracterizar uma nova concepção de educação em que se deve buscar além da alfabetização, o desenvolvimento integral do aluno, possibilitando ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolvendo suas habilidades, confirmar suas competências, valorizando suas experiências, opiniões e história de vida. (CURY, 2000).

A escola neste cenário, enquanto instituição moderna, como espaço de socialização, compõe o processo de aprendizagem que permite a absorção das formas de viver em sociedade. (DURKHEIM, 1977). A presença da educação é relevante para o sucesso de qualquer projeto social do País, pois é pela educação que podemos construir uma consciência crítica e cidadã, onde os educandos poderão pensar na sociedade de forma coletiva, proporcionando subsídios para que a



sociedade possa vencer as barreiras da exclusão social, do analfabetismo, do desemprego e da desumanização.

Capacitar o aluno EJA para o exercício pleno da cidadania é também capacitar à escola em outro grau de desempenho. Além da alfabetização propriamente dita, a educação deve se dar de uma forma ampla em que envolva a escola, a família, a sociedade e o poder público, para que todos caminhem juntos numa mesma direção em busca de uma melhor qualidade de ensino (DINIZ et al, 2010).

Na Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino que se constitui a partir da experiência construída pelo educador Paulo Freire, a partir de sua proposta de educação libertadora, enraizada na existência, comprometida com a vida e seu contexto e que, portanto, possibilita compreender os envolvidos como sujeitos do processo. Assim, parte-se do pressuposto que educar na EJA envolve todas as dimensões do saber humano: enriquece a capacidade de vivência, assume o compromisso com a vida, compartilha experiências com o próximo e motiva-os a buscar um mundo novo através do ler e escrever (FREIRE,2008).

Entre a teoria e a prática no processo de formação junto ao EJA, constata-se, a partir da experiência vivenciada em suas formações, que um dos grandes desafios que se coloca a essa formação, é superar processos enraizados de preconceito, discriminação, estigmatização, cansaço, dificuldades sociais, dentre outros, que muitas vezes dificultam o desenvolvimento e a construção de uma formação para uma educação em direitos humanos. Educar passa a ser uma palavra cheia de significado, envolve formação, sensibilização, responsabilidade, envolvendo toda a sociedade, tendo no professor uma figura de singular importância na formação desse ser humano.

Entender esses pontos como direito à educação emancipadora é estabelecer uma educação para o sonho e para a esperança. A educação constitui a alternativa, para a conquista da cidadania e a condição de ser cidadão. (GADOTTI, 2007). Desta forma, esta modalidade de ensino ganha com esses novos contornos e novos olhares, onde a questão da alfabetização e a diversidade alcançam outras formas no mundo globalizado, trazendo à tona as responsabilidades do estado e da sociedade civil para com este setor da educação.

Tocar o ensino como novas possibilidades de aprendizagem, requer uma permanente atualização, que por sua abrangência temática possibilitem uma leitura crítica do mundo, dos direitos humanos e sociais, tendo como objetivo o aluno e a sociedade, todos exercendo um papel relevante, envolvendo aspectos físicos e principalmente humanos e que devem ser socializados com educandos da EJA. Preparar a comunidade escolar para perceber, despertar, interagir e ampliar o seu conhecimento individual com reflexos no comportamento coletivo significa um novo olhar para a proposta presente em todas as fases em que se deve alcançar a



plena cidadania. Neste aspecto, a experiência em sala de aula nos remete a incansável busca por respostas para a questão que nos estimula a aprofundar o nosso envolvimento com a EJA: A Educação de Jovens e Adultos cumpre o seu papel social de conscientizar a ponto de se aplicar em sua plenitude os direitos humanos? por outro lado, o aluno EJA adquire verdadeiramente o preparo intelectual para buscar novas oportunidades no mercado de trabalho?

Buscar respostas para estes questionamentos nos remetem a aprofundar o grau de observação, de acompanhamento pessoal e coletivo, analisar em sua plenitude os direitos humanos e a cidadania de uma forma geral dentro da escola através da EJA.

Justificativa

Vivemos a EJA por seguidos anos, espelhada nas adversidades, nas carências sociais, na dificuldade de relacionamento, enfim, compartilhamos do cotidiano das turmas, para assim entender mais profundamente a realidade de cada um deles.

Descobrir os princípios que nos levam a cidadania, ampliando uma análise da realidade social do aluno da EJA, tempo histórico, diversidade e propostas concretas que ampliem a sua visão de mundo possibilitando-os desbravar os caminhos plenos de vida, para isso, se faz necessário mergulhar ainda mais no universo das individualidades buscando descobrir, incentivar e aperfeiçoar aptidões através da interação aluno/meio em que vive.

Para cumprir esta tarefa se faz necessário o uso de meios que despertem a cidadania. Meios que façam o aluno da EJA descobrir um mundo imensamente maior do que aquele em que está acostumado a viver.

Assim, desenvolver uma educação com base em direitos humanos se constitui de fundamental importância vez que, a mesma contribui para a conquista de direito a vida e construção da cidadania.

A proposta de educar em Direitos Humanos perpassa o entendimento do que significa sensibilizar, conscientizar e humanizar as pessoas para a importância do respeito ao ser humano. Em síntese, o presente trabalho vai exigir qualidade nas ações, avaliações, respeito às diferenças entre os alunos, com foco na aprendizagem, através das quais ampliaremos o universo de conhecimento de cidadania, com redimensionamento dos princípios ou valores humanos. É essencial que mais pessoas vivam num ambiente escolar harmônico e respeitoso. É preciso pensar na relação entre as pessoas, compartilhar oportunidades e discutir novos pilares sobre toda a evolução que está ao nosso redor.



Ter como propósito efetivo o entendimento da relação do aluno da EJA com a vivência social, humana e cultural no contexto educacional em que está inserido na consolidação da sua formação cidadã.

- 1- Verificar a diversidade cultural e social da comunidade escolar para interagir e ampliar o seu conhecimento individual com base nos direitos humanos;
2. Possibilitar uma leitura crítica que direcione o pensamento do aluno EJA no caminho da construção do novo cidadão consciente, conhecedor dos princípios da cidadania e direitos humanos em seu contexto de vida.
- 3- Avaliar o desempenho e a mudança do conceito de vida do aluno EJA após a introdução do conhecimento, vivência e prática de cidadania a partir da escola.

Metodologia

Para a realização desse trabalho, adotaremos como procedimento metodológico inicialmente o levantamento da bibliografia pertinente, mediante a leitura de autores correspondentes as temáticas enfocadas, o trabalho será seguido de observação direta, contemplando o esforço de elaboração interpretativa das evidências empíricas e do conhecimento descoberto durante a pesquisa de campo relevando o caráter quantitativo. Em paralelo, a realização de entrevistas, aprofundaremos a observação em opiniões voltadas aos projetos de vida, visão de mundo, experiências educacionais entre outros, elaborando um quadro sólido do universo simbólico escolar da EJA.

A metodologia baseia-se em atividades participativas, no construtivismo tendo como referência a experiência de cada um, através da qual o educando será de fato sujeito do processo de construção de um ser cidadão, portanto, se trata de uma pedagogia centrada no aluno e que tomará como ponto de partida o seu contexto.

Caracterização da área de estudo

As atividades serão desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Itan Pereira. A escola encontra-se localizada a Rua Luiz Motta, no bairro de Bodocongó, município de Campina Grande e foi criada em fevereiro de 2000, e publicado no Diário Oficial do Estado, em maio do mesmo ano, e atende a comunidade dos bairros circunvizinhos, nos três turnos.

A unidade escolar possui 1.060 educandos matriculados nas modalidades de ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos e ainda possui o Programa Mais Educação.

Particularizando, para o ensino médio da EJA, atingiremos o



universo de aproximadamente 80 alunos daquela instituição. Residentes da periferia, nas proximidades da unidade de ensino, os educandos apresentam idades que variam entre 15 e 40 anos.

As principais atividades exercidas pelos alunos estão relacionadas ao comércio e aos serviços (empregadas domésticas, padeiros, auxiliares de limpeza, gari, catadores de materiais recicláveis, costureiras e donas de casa), mas a característica principal ainda é o desemprego. O analfabetismo estrutural e a limitada infraestrutura urbana onde moram contribuem para a formação desse quadro social, onde muitos já frequentaram a escola anteriormente, porém, por curto espaço de tempo, o que lhes impossibilitou o acesso ao mercado de trabalho, a uma melhor formação e, conseqüentemente, qualidade de vida e cidadania.

Conclusão

Trabalharemos o tema inicialmente com base nas experiências adquiridas em sala de aula da EJA, no ensino médio da Escola Estadual Itan Pereira, de Campina Grande, Paraíba, tendo a vida dos alunos como a maior referência.

Portanto, o nosso projeto estará amparado em conceitos de teóricos como Paulo Freire, Gadotti, Pedro Demo, Edigar Morin, auxiliados no conceitos de cidadania, direitos humanos, educação, liberdade fundamento que nos direcionará compreender as mudanças, as contribuições sociais mediante uma democratização dialogada do sistema escolar, sendo possível encontrar um novo sentido da atividade na educação de jovens e adultos.

A sala de aula na EJA, é por excelência em espaço de resgate de uma dívida social com jovens e adultos, que em algum momento da sua história, tiveram esse espaço negado. FREIRE (1987), em sua prática iluminada por sua incomensurável produção, ensinou-nos que educar, antes de tudo é um processo que liberta o homem das grandes e inúmeras injustiças sociais, através do saber. A escola neste contexto, tem o poder de formar o cidadão, todavia, a sua estrutura deve estar adequada ao seu tempo, atualizada com as novas tecnologias, se voltando, basicamente, para o acompanhamento de educandos que estão à margem da sociedade e que trazem para escola marcas sociais de toda ordem, que precisam do conhecimento e do apoio que a escola pode oferecer para conquistar uma melhor condição de trabalho e, por consequência, de vida. Trabalhar o universo do respeito, do apoio mútuo e da solidariedade passa pelos princípios dos direitos humanos fundamentados no valor da igualdade de oportunidades, descobertas, conhecimentos e habilidades, tendo a EJA como referencial.

A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento que baliza a



conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela (DURKHEIM, 1978).

Fazer com que o aluno EJA tome consciência da sua importância quanto cidadão, conhecendo os princípios de cidadania através dos direitos humanos, onde o estudo da história de vida de cada um apareça como ferramenta para identificar como se dá no interior de cada um, essa consciência cidadã, como eles recebem as informações que lhes serão repassadas com base em direitos e deveres.

Ao alcançarmos esse patamar, o aluno EJA terá adquirido a capacidade humana de transpor certas barreiras até então estabelecidas pelo preconceito, discriminação ou isolamento, se tornando superior em muitas circunstâncias só pelo simples fato de ter alcançado o conhecimento de seus direitos e a cidadania.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e Cidadania**, São Paulo: RAAB, n.11, p.9-20, abr. 2001.

BEISSIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da união para Educação de Jovens e Adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.4, p26-34. 1997.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 22/08/2013.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 28/08/2013.

_____. Conselho Nacional de Educação Básica. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury(Relator). Parecer CEB 11-2000- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.

CARVALHO, Bernadina Silva. A educação de jovens e adultos no município de João Pessoa: tercendo reflexões. João Pessoa: Editora Universitaria UFPB, 2011.

CHAUÍ, M. **A ideologia**. Fundamentos históricos e filosóficos da educação, João Pessoa-PB, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Parecer CEB 11/2000. In: SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro, 2002.



_____. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 169-201, set. 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. São Paulo: Cortez, 2000.

DI PIERRO, M. C. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set. 2010.

DINIZ, Adriana Valéria Santos et al. **A aprendizagem ao longo da vida e a Educação de Jovens e Adultos: possibilidades e contribuição ao debate**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

DOWBOR, Fátima Freire. **Quem educa marca o corpo do outro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1977.

_____. **Educação e Sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramento; MEC, 1978.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____, Paulo. A alfabetização de adultos-crítica de sua visão ingênua; Compressão de sua visão crítica. In: Paulo Freire. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. P.13-23.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Instituto Paulo Freire; 5/Série Caderno de Formação).

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____, Moacir. **Educação contra educação**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

MORIN, Edgar. **Os Sete saberes necessário a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.